

Camdessus diz que ajuda só virá depois de ajuste

O diretor do FMI diz por que a Argentina recebeu mais apoio que o Brasil

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — O acordo que o presidente da Argentina, Carlos Menem, anunciou com o Fundo Monetário Internacional, na noite da quarta-feira passada, serviu de pretexto para que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, enviasse uma mensagem clara e forte ontem, ao governo e à classe política brasileira. Ao explicar, durante a entrevista coletiva de encerramento da reunião anual do Fundo, as razões que o haviam levado a aceitar o audacioso programa argentino, mesmo estando o país com atrasos acumulados, Camdessus disse que havia um aspecto na atitude do governo Menem que o convenceu a "apoiar o acordo de forma decidida, apesar dos riscos".

"A Argentina está fazendo as coisas na ordem certa", afirmou Camdessus. "O governo não está dizendo às pessoas: bem, senhoras e senhores, nós temos esse problema da dívida externa e temos primeiro de encontrar uma solução para ele e depois tudo irá bem. Não, o governo está dizendo: nós temos os nossos problemas, temos toda essa desordem interna. Vamos encará-la e a solução para o problema da dívida virá a seguir. Em segundo lugar, em vez de ficar pedindo, no Exterior, que, por favor, nos ajudem, os dirigentes argentinos estão dizendo ao povo: temos de trabalhar, vamos arrancar a erva daninha da nossa economia — e a ajuda externa virá depois".

Para Camdessus, o acordo entre a Argentina com o FMI mostra que "ao se colocarem os assuntos na ordem certa, caminha-se muito no sentido de se recuperar a credibilidade externa. O programa de estabilização prevê um empréstimo de US\$ 1,4 bilhão a ser desembolsado em parcelas até o fim do ano que vem. Sua aprovação formal pela diretoria do FMI depende, agora, da passagem pelo Congresso argentino, que deve ocorrer sem problemas, de um ambicioso conjunto de medidas fiscais e de privatização. Elas visam a eliminação do déficit fiscal nominal de 16% do PIB (o déficit primário é de 5%) até dezembro de 1990. A meta do programa é baixar a inflação do país a menos de 2% ao mês até o fim do ano e colocá-la em níveis aos internacionais no ano que vem.

Na terça-feira, Camdessus indicara ao **Estado** que o acordo provisório buscado pelas autoridades brasileiras era difícil precisamente pela falta de condições políticas do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de comprometer o País com a execução de um "bom programa econômico". Ontem, ele repetiu a mesma coisa. A Robert Appy, do **Estado**, o diretor-gerente do Fundo comentou, em tom de brincadeira, que até assinaria um acordo com o Brasil caso o País garantisse, na carta de intenção, a permanência de Mailson



Menem (E) e Brady, secretário do Tesouro dos EUA: apoio

à frente do Ministério da Fazenda no próximo governo.

O acordo entre a Argentina e o Fundo representa, também, o desfecho de uma pesada peleja política que o FMI e o Banco Mundial vinham jogando desde o ano passado pela liderança na condução dos programas de reforma econômica dos países endividados.

Em meados do ano passado, quando o governo do então presidente Raúl Alfonsín já caminhava rumo a um desfiladeiro inflacionário semelhante ao que ameaça o Brasil hoje, o FMI resistiu às pressões dos Estados Unidos para que aceitasse um acordo de emergência com o País. Os argumentos que justificavam o acordo eram parecidos com os que o governo Sarney usa hoje: o apoio do Fundo seria indispensável para evitar a inflação e comprometer a transição democrática. Diante da recusa do Fundo, que foi internamente comandada pelo diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, Edward Beza, o Banco Mundial viu uma brecha para ocupar o espaço. Durante a reunião anual do ano passado, em Berlim, o Bird causou uma convulsão ao anun-

ciar um inédito acordo com o governo Alfonsín, envolvendo condicionalidades de política econômica e dois empréstimos no valor de US\$ 700 milhões. Era a primeira vez que o Banco agia independentemente do Fundo.

A primeira parcela de um dos empréstimos, de US\$ 150 milhões, foi desembolsada em outubro. Em fevereiro deste ano, no entanto, o descontrolado já tomara novamente conta da economia argentina e o Banco foi forçado a suspender os desembolsos pendentes. O fracasso do programa provocou um sério desgaste para o Bird e reafirmou a primazia do Fundo na condução de programas de estabilização. Edward Beza, o alto funcionário do FMI que fizera pé firme e impedira o aval da instituição ao governo Alfonsín, teve sua posição reforçada. Há poucos meses, Camdessus nomeou-o para o fechado círculo de seus conselheiros pessoais.

Segundo fontes bem situadas, o conselho de Beza ao diretor-gerente do FMI em relação ao acordo solicitado pelo governo Sarney tem sido um só desde o início das conversações com os representantes brasileiros: não faça e espere pelo novo governo.

Exemplo para o País

ROBERT APPY

WASHINGTON — O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, ao informar que o Fundo acabara de conceder à Argentina um empréstimo stand-by (de contingência) de US\$ 1,4 bilhão, pelo prazo de 14 meses, comentou: "Penso que o acordo que acabamos de assinar com os argentinos é um bom exemplo para o Brasil".

A satisfação de Camdessus tem diversas razões. Uma delas é a rapidez com que o FMI encontrou uma solução para a Argentina — apenas dois meses depois da posse do presidente Carlos Menem. Além disso, o FMI, com o empréstimo, encerrou uma controvérsia de um ano com o Banco Mundial (Bird), que em 1988, sob a pressão do secretário do Tesouro James Baker, concluiu um acordo com o governo argentino, tomando o lugar do FMI. Esse acordo visava impedir uma vitória peronista.

Entretanto, o presidente Raúl Alfonsín não cumpriu os compromissos, o acordo não foi além da primeira parcela e os peronistas ganharam. O programa apresentado por Menem é dos mais austeros. Prevê redução do déficit público (no qual não está levando em conta os gastos com o pagamento dos juros da dívida interna e externa) de 5% para zero. Inclui a ampliação de poderes do Banco Central, dando-lhe autonomia, e muitas privatizações.

Com o atual acordo se pretende apenas ajudar a Argentina a sair do sufoco. Será seguido por outro acordo de três anos. Camdessus destacou o fato de a Argentina não esperar um entendimento com os bancos para assinar um acordo com o FMI. Com isso, o país mostra que é mais urgente resolver os problemas internos do que afirmar que, enquanto não se reduz a dívida externa, não se pode pensar em programa de ajuste.